



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

PERSPECTIVAS DOS ESTUDOS DE GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL, SOB O PRISMA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Rosilda Mantovani da Silva

Resumo: O presente texto, em forma de dossiê, de caráter bibliográfico, retoma conteúdos da disciplina "Educação, Formação de Professores e Práticas Educativas", do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFGD (turma 2023), com foco na formação docente e nas práticas pedagógicas, sob a perspectiva dos estudos de gêneros e sexualidades na Educação Infantil. A reflexão fundamenta-se em estudos científicos, com ênfase nas políticas públicas para a formação inicial, de autoras e autores como: Tanuri (2000), Santos (2007), Diniz-Pereira (2007), André (2010), Xavier-Filha (2015), Scheibe e Bazzo (2016), Romanowski (2018), Freitas (2018), Hypolito (2019) e Rodrigues, Pereira e Mohr (2021). O objetivo é analisar produções acadêmicas do campo, relacionando-as à proposta de pesquisa doutoral. O ensaio aponta para a relevância de se formar profissionais docentes que sejam pesquisadoras/es e atentas/os às transformações sociais, históricas e culturais.

Palavras-chave: Formação docente; Educação Infantil; Gêneros; Sexualidades.

Introdução

A formação docente exerce papel fundamental na construção de uma educação pautada em valores éticos, cidadania, diversidade e compromisso político, com o objetivo de promover uma sociedade mais justa e democrática. Nesse cenário, o pensamento de autoras e autores reconhecidas/os serve como base e motivação para refletir sobre um processo formativo em que educadoras/es e estudantes atuem de forma participativa, engajadas/os na transformação da realidade social. Nesse sentido, o estudo do material buscou analisar contribuições teóricas que discutem a importância de se preparar profissionais aptas/os a enfrentar os desafios das práticas pedagógicas de cada momento histórico.

O ensaio caracteriza-se como pesquisa bibliográfica, efetuada a partir da revisão dos artigos e obras referentes ao objeto da temática em análise. As publicações envolvem pesquisadoras/es do "campo de confluência de estudos e pesquisas, de âmbito nacional e internacional, sobre formação de professores" (GT8 Formação de Professores - ANPEd).

Realização:

Apoio:





VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Para Gil (2002, p. 44) "[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos". Severino (2013) corrobora com o ensinamento, explicitando que a pesquisa bibliográfica acontece com base em "[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, [...] como livros, artigos, teses etc." (Severino, 2013, p. 106).

O estudo das relações de gêneros e sexualidades na Educação Infantil, a partir de uma visão de identidades culturalmente construídas, é pertinente para a etapa de ensino, pois a criança está em fase de assimilação de conceitos, comportamentos e valores, os quais irão influenciar, negativa ou positivamente, na sua formação como sujeitas/os sociais e históricas/os.

A Resolução CNE/CEB nº 05/2009, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, regula que as Propostas Pedagógicas devem orientar a construção de novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gêneros, regionais, linguísticas e religiosas.

A introdução ao Plano Nacional de Educação (PNE), ao estabelecer as diretrizes para a Educação Básica (EB), realça a ideia do apreço às igualdades e diferenças no espaço escolar, em especial na educação de crianças pequenas, ser fundamental para formação de cidadãos e cidadãs que se respeitem mutuamente; que tenham empatia, autoestima, valorizem suas identidades e a da/o outra/o; cresçam e se desenvolvam como pessoas conscientes, críticas e transformadoras, em pleno exercício da sua cidadania (Brasil, 2014, p. 12).

O texto está estruturado em formato de dossiê, com o objetivo de despertar a curiosidade da leitora e do leitor e incentivá-la/o a buscar outras informações nas fontes citadas.

Resultados e Discussões

A compreensão do Campo¹ da formação docente tem significativa contribuição para as práticas educativas, pois suas/seus participantes produzem conhecimentos epistemológicos, culturais e políticos que definem e fortalecem a

¹ Ver BOURDIEU, Pierre. **A prática social do julgamento**. Tradução de Daniela Kern e Guilherme J. F. Teixeira. 2ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2015, p. 212-240.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

área educacional.

Nesse sentido, *Diniz-Pereira* (2007), *André* (2010) e *Romanowski* (2018) contribuem sobremaneira para a aprendizagem, ao abordarem a constituição, consolidação e tendências do Campo de Formação de Professoras/es.

Diniz-Pereira compreende esse "Campo" a partir da teoria bourdieusiana, explicando tratar-se "[...] de um campo de lutas e interesses em que relações de força e de poder definem as principais temáticas e metodologias de pesquisa, assim como as mudanças sofridas por ele ao longo dos anos" (*Diniz-Pereira*, 2007, p. 152).

Romanowski (2018) vem contribuir para o debate sobre o campo "da" e a pesquisa "em" formação docente, se propondo a identificar as pesquisas referentes à formação, realizadas no Brasil, de 1987 ao início da década de 2000, com destaque para a região Sul e também a nível internacional/universal. Aborda as especificidades e particularidades de contextos locais, referentes às diversidades culturais, sociais e educacionais.

André (2010) destaca os avanços desse significativo campo de formação, durante a década de 2000 a 2010, configurando como um campo autônomo de estudos, pesquisas e produções científicas. Tem a formação docente "[...] como um elemento fundamental na qualidade da ação educativa, por parte dos administradores, políticos e pesquisadores." (*André*, 2010, p. 174).

Frente às sucessivas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola é questionada acerca do seu papel como instituição educadora. Ao compreender a Educação como um compromisso social, a/o profissional docente está em constante aprendizagem para melhor desempenho de suas atividades numa sociedade globalizada e globalizante, sem perder de vista a educação para a emancipação de cada pessoa.

Atualmente, em todos os espaços, as pessoas estão inseridas num contexto de globalização e hibridismo cultural (*Hall*, 2006) e imersas em informações de toda natureza e de qualquer lugar do mundo. O fenômeno "globalização" no século XXI provocou a diminuição de barreiras culturais e identitárias em todo o planeta, levando ao entrelaçamento das culturas e à fluidez da identidade cultural (*ibidem*).

Da articulação do arcabouço teórico com as práticas docentes, sob o prisma dos estudos de gêneros e sexualidades na Educação Infantil, destaca-se a importância de se formar profissionais pesquisadoras/es e atentas/os às

Realização:



Apoio:





VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

transformações sociais, históricas e culturais. O foco deve se dar nas "práxis" educativas que busquem a compreensão a respeito da produção das identidades. Para tanto, estudos demonstram ser preciso valorizar e investir na formação docente, como uma estratégia básica e crucial na construção e reconstrução de valores sociais.

Quanto à formação para as diversidades, Xavier-Filha (2015), estudiosa e atuante na educação para as sexualidades e estudos de gêneros, principalmente acerca das sexualidades na infância, defendendo a problematização de tais temas desde a Educação Infantil, lembra que:

O termo gênero, em especial, passou a ser temido por muitas pessoas, especialmente com base em discursos conservadores de algumas alas religiosas, referendado por políticos representantes de setores que acabaram por promover uma 'cruzada' entre quem seria a favor ou contra a inclusão dessas temáticas nas políticas públicas e nas instituições educativas. Essas questões afetam as discussões em pauta, especialmente quando falamos da criança pequena, de sua sexualidade, das construções das identidades de gênero e, sobretudo, das práticas pedagógicas nas instituições educativas (Xavier Filha, 2015, p. 15).

Por sua vez, Tanuri (2000) faz uma recuperação histórica das Escolas Normais, apresentando uma síntese da evolução dessa modalidade de ensino, a partir da perspectiva da ação do Estado, ou seja, das políticas educacionais por ele desenvolvidas. Apresenta uma análise abrangente sobre como a profissão docente foi moldada ao longo do tempo. Perpassa as entidades de classe, legislações e programas do Estado para o setor educacional, bem como pelas instituições formadoras: implantação da LDB/1996; atividades dos CEFAMs; políticas educacionais das instâncias competentes (MEC; CNE; CEE).

Scheibe e Bazzo (2016) analisam a história da legislação nacional, após 20 anos de promulgação da LDB/1996 (consequência da CF/1988), com base nas políticas de formação de professoras/es para a Educação Básica, nos cursos de graduação e licenciaturas. Abordam, em especial, as Resoluções: CNE/CP nº 1/2002; CNE/CP nº 1/2006 e CNE/CP n. 02/2015.

Em relação aos paradigmas que guiam a formação docente, Santos (2007) mostra que, nas discussões sobre o currículo dos cursos de Pedagogia, persistem conflitos que emergiram há décadas. Ela trata das mudanças no campo da



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Formação Inicial, com foco nas/os docentes para as séries iniciais do Ensino Fundamental e para a Educação Infantil, a partir da promulgação da LDB/1996, refletindo sobre os avanços e retrocessos das últimas décadas. Aponta supostos "culpadados/os" pelas reformas advindas desta lei terem resultados negativos para a educação no país, bem como analisa os paradigmas que orientaram a formação docente, naquele período, à luz da Resolução CNE/CP nº 1/2006.

Hypolito (2019) apresenta reflexões sobre as relações entre políticas globais e políticas curriculares nacionais. Seu estudo aborda a relação entre a BNCC, a agenda global da educação e a formação docente. Esta agenda inclui acordos internacionais, como os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Organização das Nações Unidas (ONU). Estabelece estreita relação com as questões identitárias nos primeiros anos do Ensino Fundamental, ao analisar as implicações da atual BNCC, com conteúdos retrógrados e conservadores, alinhados aos princípios da Escola sem Partido e outras organizações, igualmente reacionárias e protofascistas, as quais influenciaram a retirada, por completo, da matéria em torno de gênero da terceira versão da base curricular. "[...] impuseram uma indicação mais conservadora ideologicamente, logo, mais alinhada com os princípios da Escola sem Partido, do criacionismo e de uma visão conservadora de gênero [...]" (Hypolito, 2019, p. 196). Todavia, houve e há resistência por parte de educadoras/es e instituições formadoras, através de entidades organizadas. Elas desacatam as ordens impostas pelo Ministério da Educação (MEC), através do Conselho Nacional de Educação (CNE), não implementando as diretrizes curriculares para os cursos de licenciaturas.

Com semelhante propósito, Freitas (2018) contribui significativamente com a problematização ao analisar os avanços e retrocessos na formação de professoras/es, nas décadas de 1988 a 2008, com destaque para a implementação da BNCC. Ela aborda as disputas políticas e os "jogos" de força e de poder no "Campo do Congresso Nacional" entre os interesses das/os educadoras/es em defesa de uma educação pública de qualidade e as preferências daquelas/es que atuam em defesa de sua privatização.

Rodrigues, Pereira e Mohr (2021) vêm discutir a descaracterização da docência, mediante controle e padronização dos processos educativos, presentes na normatização da Educação Básica, principalmente na BNCC da Educação Básica,

Realização:

Apoio:





VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

na BNC-Formação Inicial e BNC-Formação Continuada. As autoras fazem um levantamento histórico e cronológico dos atos normativos do Estado e das influências internas e externas em sua elaboração, desde os documentos base para proposta da BNCC, até os textos das bases curriculares em vigência.

A abordagem documental que os estudos apresentam comprova que, na pesquisa, nada é solto. Nenhum documento existe do nada ou é inocente. Seu teor traz as concepções das pessoas e dos contextos onde foram pensados e elaborados.

Da apuração, é possível aferir, ainda, que, embora a CF/1988 tenha estabelecido a descentralização e a autonomia como princípios fundamentais da Educação brasileira, na prática, esses princípios não são efetivados. Os sistemas educacionais (nacionais, estaduais e municipais) são frequentemente caracterizados por forte centralização do poder.

Desde o golpe de Estado contra o governo da presidenta Dilma Rousseff (2016) ocorre, com mais evidência, um desmonte da formação de professoras/es, das instituições públicas e do pensamento científico.

As Resoluções CNE/CP 02/2019 e 01/2020 foram impostas pelo governo de Jair Messias Bolsonaro, sem ouvir as partes interessadas nos processos formativos. Trouxeram o retrocesso de uma formação tecnicista e impõem uma concepção demasiadamente pragmatista, focada na desintelectualização docente. Calcadas no modelo formativo de competências e numa lógica de avaliação que conduz ao reducionismo de conhecimento pedagógico, elas vão de encontro à defesa da qualidade educacional, em todos os aspectos, e em todos os níveis de ensino, pois atingem o "cérebro" do processo que é a formação docente.

Assim, a pretensa descaracterização da Resolução 02/2015, a qual fora desenhada a partir de um amplo debate democrático e trouxe significativa evolução para os cursos formativos, como a inserção de temas sociais, de questões étnico-raciais, de inclusão, de diferenças culturais (educação quilombola, ribeirinha), direitos humanos e cidadania, entre outros, tem em sua base os movimentos privatistas que visam o desmonte da educação pública e, especialmente, do campo de formação docente, pois a esses caberia instrução "flexível", preocupada com a capacitação de mão de obra barata para atender às demandas do mercado.

Realização:

Apoio:





VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

Ante as tentativas e, em muitas vezes, a efetivação do desmantelamento da educação no Brasil, cerca de 20 entidades brasileiras, representando docentes e discentes, com intensa resistência, empreenderam e empreendem esforços conjuntos por democracia e independência (ANFOPE; ANPED; ANDIPE; ABRAPEC; MONAPE; PIBID; FORPIBID; FORUMDIR). Estão unidas pela revogação das normatizações impostas, de forma autoritária, aos cursos de licenciaturas, alterando-os arbitrariamente. Os movimentos de luta por qualidade do ensino público e a valorização docente entendem que a educação é intrinsecamente política, permeada por relações de poder e pela luta por uma sociedade mais justa.

Segundo Freire (2003), a própria natureza formadora da docência exige contínuo processo de aprendizagem e de envolvimento político-social.

A responsabilidade ética, política e profissional do docente lhe coloca o dever de se preparar, de se capacitar, de se formar antes mesmo de iniciar sua atividade docente. Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer formação permanente do docente. Formação que se funda na análise crítica de sua prática. (Freire, 2003, p. 28).

Sob essa óptica, a profissão docente vai sempre exigir disciplina e implicar estudos contínuos, pois as mudanças sociais e regulamentares, novos paradigmas, teorias e conceitos advindos das pesquisas desenvolvidas nos vários Campos da Educação, bem como as transformações sociais, econômicas e políticas vivenciadas pelas/os indivíduos/os que compõem as comunidades, cobram atualização constante dos e das docentes de todos os níveis de ensino. A necessidade da construção e reconstrução dos saberes e conhecimentos científicos e político-culturais, acarreta maior responsabilidade, também, às instituições formadoras e suas/seus agentes, tanto da formação inicial quanto da continuada.

Considerações Finais

Da articulação do arcabouço teórico com as práticas docentes, sob o prisma dos estudos de gêneros e orientação sexual na Educação Infantil, destaca-se a importância de se formar profissionais pesquisadoras/es e atentas/os às transformações sociais, históricas e culturais. O foco deve se dar nas práxis

Realização:



Apoio:





VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

educativas que busquem a compreensão a respeito da produção das identidades, sem binômios de ordem biológica entre homem x mulher, menino x menina. Isso implica atualização constante sobre os avanços teóricos e práticos nesse Campo.

As buscas apontadas nos estudos aqui mencionados, juntamente com a educação como prática de liberdade, democracia e transformação, estão relacionadas ao processo formativo e, por consequência, à gestão democrática das instituições de ensino. Ambas têm como objetivo promover uma educação mais justa, plural e emancipatória. Ambas são partes da grande herança deixada pelos movimentos sociais, articulados com educadoras/es, nas lutas por educação pública e gratuita, ressurgidos e consolidados durante o processo de redemocratização, mas que continuam ativos e resistentes.

A docência é uma prática que lida com relações humanas complexas, não com objetos inertes ou símbolos abstratos. O trabalho envolve a interação com pessoas capazes de iniciativa e resistência, que participam ativamente das organizações e lutas por seus direitos e dignidade.

A problemática que perpassa os conceitos e preconceitos de gêneros e sexualidades também atravessa o cotidiano escolar, por meio dos discursos e das práticas educativas, inclusive na relação com familiares e demais agentes envolvidas/os no processo.

As diferentes concepções de mundo que movimentam o universo das instituições, tanto as formadoras de docentes (superiores), quanto as de Ensino Fundamental e Médio, bem como os sistemas de governos responsáveis pelas normatizações para a Educação, precisam convergir para uma formação comprometida com uma sociedade cada vez menos discriminatória, preconceituosa e sexista.

Os recursos necessários para redesenhar a Educação Infantil no Brasil são urgentes e precisam estar em diálogo com todo o processo histórico de construção do que hoje existe e resiste nas diversas regiões do país para que novos modelos de ensino para as crianças sejam pensados e repensados.

Referências

ANDRÉ, Marli. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. Revista **Educação**. Porto Alegre, v. 33, n. 3, p. 174-181, set./dez. 2010. Disponível

Realização:

Apoio:





VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v33n03/v33n03a02.pdf>. Acesso em: 6 mar. 2025.

BAZZO, Vera Lúcia; SCHEIBE, Leda. Formação de professores da educação básica no ensino superior: diretrizes curriculares pós 1996. **Revista Internacional de Educação Superior**. Campinas, v. 2, n. 2, p. 241-246, maio/ago. 2016. Disponível em: Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650549>. Acesso 11 abr. 2025. Acesso em: 8 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 5**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 24 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 10 maio 2025.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A construção do campo da pesquisa sobre formação de professores. **Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade**. Salvador, vol. 22, n. 40, p. 145-154, 2013. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-70432013000200013&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 30 mar. 2025.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. 14ª ed. São Paulo: Olho d'Água, 2003.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. 30 Anos da Constituição: avanços e retrocessos na formação de professores. **Revista Retratos da Escola**. Brasília, v. 12, n. 24, p. 511-527, nov./dez., 2018. Disponível em:

<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/912/pdf>. Acesso: 6 mar. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**, 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002, p. 44-46.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guaciara Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. BNCC: agenda global e formação docente. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, n. 13, v. 25, 2021. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/article/view/995/pdf>. Acesso em: 25 maio, 2023.

RODRIGUES, Larissa Zancan; PEREIRA, Beatriz; MOHR, Adriana. Recentes imposições à formação de professores e seus falsos pretextos: as BNC formação inicial e continuada para controle e padronização da docência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**. Rio de Janeiro, s/n, v. 20, 2021, p. 1-39. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/35617/28754>. Acesso em: 6 mar. 2025.



VII SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE

INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

"Subsídios para a construção do Plano Nacional de Educação, Plano Estadual de Educação do MS e dos Planos Municipais de Educação"

DOURADOS-MS, DE 04 A 06 DE AGOSTO DE 2025

ROMANOWSKI, Joana Paulin. Tendências da pesquisa em formação de professores: entre o local e o universal. **Cadernos de Pesquisa**. São Luís, n. 25, v. 04, p. 207-224, 2018. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/10449/6047>. Acesso em: 2 jun. 2025.

SANTOS, Luciola Licinio. Paradigmas que orientam a formação docente. In: SOUZA, João Valdir Alves de. (Org.). **Formação de professores para a educação básica: dez anos de LDB**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. pp. 235-252. Disponível em:

https://livrosabertos.fae.ufmg.br/content/uploads/2022/02/Formacao_de_Professores_para_a_Educacao_Basica_10_anos_de_LBD_SOUZA_2017.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2013. p 106-107.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. Brasília, s/v, n. 14, p. 61-88, maio/jul./ago. 2000. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 6 mar. 2025.

XAVIER FILHA, Constantina. Educação para as sexualidades, a igualdade de gênero e as diversidades/diferenças na educação das infâncias: questões a problematizar. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidades, gênero e diferenças na educação das infâncias**. Campo Grande: UFMS, 2012, p. 17-34.

Realização:

Apoio:

